

# REFERÊNCIA-I PARA LÍNGUA-I: O PROGRAMA NATURALISTA NA LINGÜÍSTICA

## *I-Reference to I-Language: the natural program in Linguistics*

Ronald Taveira da Cruz\*

### INTRODUÇÃO

Este artigo discute a possibilidade de conciliar uma semântica referencial de cunho fregueana e o modelo de Chomsky. Uma das compreensões fundadoras da semântica contemporânea é que o significado é composto de sentido e referência, iniciada em Frege (1892). Então, a referência, e não só o sentido, passa a ser uma relação semântica necessária para o significado. Partindo dessa constatação, o objetivo é discutir detalhadamente uma proposta semântica que concilie uma teoria da referência nos moldes de Frege e o modelo de Chomsky, com a possibilidade de ela não ser nem convencional e nem apenas um construto teórico do semanticista. Isto é, ao propor uma semântica referencial para a Língua-I, busca-se uma noção de referência inerente ao mundo biológico do falante. Sendo assim, este artigo apresenta uma possível noção de referência - a Referência-I -, como parte do estudo naturalista na lingüística.

\* Universidade Federal de Santa Catarina.

## LÍNGUA-I, SEMs E O PROBLEMA DA REFERÊNCIA

Este artigo leva a sério teorias que trabalham com a hipótese de que há vários módulos na mente-cérebro, cada um funciona de uma forma, tem suas características peculiares. Segundo Newmeyer (1983, p. 3): “uma abordagem baseada na hipótese de que não só a gramática formal, mas todos os sistemas humanos são módulos autônomos, cada um governado por seu conjunto particular de princípios gerais”.<sup>1</sup> Ou nas palavras de Chomsky (1996c, p. 30): “parece que a mente é modular, para usar um termo técnico, consistindo de sistemas separados com suas propriedades próprias. É claro, eles se interagem”.<sup>2</sup> Sendo um órgão mental, a faculdade da linguagem interage com outros órgãos na mente-cérebro. Visto assim, é preciso ficar claro o desenho da faculdade da linguagem, tendo como base a hipótese levantada pelo Programa Minimalista (1995): há um léxico, um sistema computacional (S-C), duas interfaces FON (de interface fonológica) e SEM (de interface semântica) e uma operação *Spell-Out* que alimenta as interfaces.

Há dois sistemas de performance: o Articulatório-Perceptual (A-P) e o Conceitual-Intencional (C-I) que entram em contato com a faculdade da linguagem nas interfaces FON e SEM, respectivamente. Os sistemas de performance impõem condições de legibilidade para que a faculdade da linguagem forneça expressões legíveis a eles. Nesse sentido, a faculdade da linguagem é perfeita: por um lado, as condições para a faculdade da linguagem operar vêm de fora, ela é perfeita na resposta a tais condições, por outro vêm de dentro, no sentido de que a faculdade da linguagem só pode gerar aquilo que as interfaces podem interpretar.

A Língua-I é uma instanciação do órgão da linguagem, parte de nosso dote genético. Ela é individual porque “as propriedades do sistema podem ser especificadas completamente independente do ambiente que o agente está encaixado”<sup>3</sup> (LUDLOW, 2003, p. 143). É interna, porque está na mente-cérebro, é parte da biologia humana. A Língua-E, pelo contrário, é externa à mente-cérebro e não-individual. A Língua-E é uma linguagem

<sup>1</sup> Todas as traduções são minhas. No original: “an approach based on the hypothesis that not just formal grammar, but all human systems (or at least all those at work in language) are autonomous “modules”, each governed by its particular set of general principles”.

<sup>2</sup> No original: “It seems that the mind is modular, to use a technical term, consisting of separate systems with their own properties. Of course, the systems interact.”.

<sup>3</sup> No original: “the properties of the system can be specified completely independently of the environment that the agent is embedded in”.

pública, é um objeto social estabelecido por convenção e dependente do ambiente ou da comunidade. Chomsky questiona a própria existência da Língua-E, principalmente, como uma entidade teórico-científica, crítica percebível quando Ludlow (2003, p. 143) afirma que

Eu vou ao encontro à visão de Chomsky de que tais objetos (Língua-E) deveriam ser de pouco interesse científico se eles existem, mas que em qualquer caso tais objetos não existem... Línguas-I são as únicas candidatas como objetos de investigação científica.<sup>4</sup>

#### SEMs COMO PERSPECTIVAS EM POTENCIALIDADE PARA CONCEBER MUNDO(S)

SEMs são as perspectivas fornecidas pela faculdade da linguagem que servem como *inputs* para o módulo conceitual-intencional, segundo (CHOMSKY, 2000, p. 180):

SEM é uma informação que é usada pelos sistemas conceitual-intencional para engajar o mundo em diferentes modos como o usuário da linguagem pensa e fala em termos de perspectivas disponíveis pelos recursos da mente<sup>5</sup>

O que queremos saber, portanto, é como isso acontece, como o falante (o usuário da língua) usa essas perspectivas. Segundo McGilvray (1999, p. 169):

Eu uso uma recente terminologia de Chomsky e falo de SEMs como perspectivas ou conceitos, como entidades mentais que as pessoas empregam em suas relações cognitivas com o mundo... como itens mentais que nós usamos para conceitualizar experiências e coisas, que são usados pelas pessoas para lidar com o mundo não acarreta

<sup>4</sup> No original: "I gather that on Chomsky's views such objects (Língua-E) would be of little scientific interest if they did exist, but that in any case such objects don't exist... I-languages are the only serious candidates for the objects of linguistic inquiry".

<sup>5</sup> "SEM is an information that is used by conceptual-intentional systems to engage the world in different ways as the language user thinks and talks in terms of the perspective made available by the resources of the mind".

que são definidos em termos de coisas do mundo... são produtos de capacidades inatas<sup>6</sup>

De acordo com o argumento McGilvray, SEMs são entidades mentais, portanto, levam consigo uma tese metafísica. Através de SEMs, os seres humanos estão aptos a se relacionarem com o mundo, expressarem seus pensamentos, agirem sobre cada circunstância, de forma criativa, porque SEMs são perspectivas disponíveis pela mente-cérebro para os humanos se (des)envolverem com o mundo. Elas são capacidades de, não são os atos em si. SEMs, assim, são oriundas de capacidades inatas, em potencialidade. Há diferenças entre as perspectivas SEMs e as perspectivas usadas na pragmática. SEMs são as perspectivas sem intenções, ao passo que a perspectiva pragmática envolve intenções. Acreditamos que a pragmática emprega SEMs juntamente com a intenção, logo, não há a perspectiva pragmática propriamente dita. Há as perspectivas SEMs que podem ser usadas pelos falantes mediante suas intenções, resultando na pragmática.

Chomsky tenta apresentar uma abordagem (não uma teoria) sobre interpretação, porque uma teoria requer ainda as intenções do falante, os momentos do proferimento, o contexto.... Se SEMs fazem parte da faculdade da linguagem e se ela é restrita pelas condições de interface com os sistemas de performance (só pode gerar aquilo que as interfaces – os níveis de representação – lêem/interpretam), então, não parece muito descabido afirmar, como McGilvray faz, que SEMs são a um só tempo as perspectivas propriamente que nós usamos, como espécie, para lidar com o mundo E definidas pela faculdade da linguagem (um produto dela).<sup>7</sup>

McGilvray (1999, p. 165) avança:

<sup>6</sup> “I use Chomsky’s recent terminology and speak of SEMs as perspectives or concepts, as mental entities that people employ in their cognitive dealings with the world. This construes perspectives as tools of reference and categorization, among other things – as mental items that we use to (it is difficult to come up with another word) conceptualize experience and things, that they are used by people to deal with the world does not entail that they be defined in terms of the things of the world, derived from them or captured in terms of how they relate to them. The aim, of course, is to clarify Cudworth or Chomsky’s proposal that the perspectives used by people to make claims and think about things and themselves are products of innate capacities that provide humans...”

<sup>7</sup> Nas palavras de McGilvray (1999, p. 174): “The biological rationalist has, then, an account – not a theory – of interpretation if the idea or SEM provided by the mind is also the concept used in interpretation. So there is reason to think that SEMs are at the same time the concepts we use to deal with the world in experience and products of, and defined within, the language faculty.”

Se Chomsky está certo que expressões lingüísticas são pares (FON, SEM) e se estes SEMs são usados pelas pessoas para lidar com o mundo – isto é, se são perspectivas que nos proporciona meios para conceber as coisas – há pouca razão para refutar tal modo terapêutico de evitar uma confusão filosófica: SEMs tornam-se conceitos/perspectivas<sup>8</sup>

De acordo com McGilvray (1999, p. 168): “Como Goodman, Chomsky sugere que ao usar a linguagem, humanos criam mundos que refletem as capacidades cognitivas usadas para lidar com eles”.<sup>9</sup> Isso é comum aos racionalistas: “o mundo como conhecido é o mundo das idéias”<sup>10</sup> (YOLTON, apud CHOMSKY, 2000, p. 182).

Dessa maneira, nos convém perguntar se o conhecimento semântico não seria o mesmo que SEMs, já que ambos são condições para haver interpretação. Eles são recursos da mente-cérebro, logo, têm características comuns. SEMs são *inputs* para o módulo conceitual-intencional e são as perspectivas que engendram o conhecimento de mundo. Na citação acima, o mundo conhecido é o mundo das idéias, no sentido de que o mundo conhecido é o mundo que as perspectivas SEMs permitem conhecer/conceber. As perspectivas instauradas por SEM, portanto, são conhecimento semântico (que, na verdade, envolvem outras coisas, como estrutura argumental) e esse conhecimento semântico inicial (a GU) deve ser igual a todos os humanos.

#### AS PERSPECTIVAS USADAS PELOS AGENTES LINGÜÍSTICOS SOBRE AS COISAS

O título acima foi retirado de Akeel Bilgrami (1992). Segundo este autor, com o qual Chomsky concorda, não há uma relação linguagem-mundo sem o uso de tais perspectivas pelos agentes lingüísticos, não há coisas sem algum “conteúdo intencional” dos falantes, sem alguma crença do falante. Daqui decorre a noção de que a Referência-E “depende” de como as perspectivas são usadas pelas pessoas.

Chomsky, seguindo Bilgrami com a noção de “perspectiva dos agentes lingüísticos sobre as coisas”, afirma que as pessoas usam as pala-

<sup>8</sup> No original: “If Chomsky is right that linguistic expressions are (PHON, SEM) pairs and if it is these SEMs that are used by people to deal with the world – that is, if they are perspectives that afford us ways to conceive of things – there is little reason to refuse such a therapeutic way to avoid philosophical confusion: SEMs become concepts/perspectives.”

<sup>9</sup> No original, “Like Goodman, Chomsky suggests that by using language humans ‘create’ worlds that reflect the cognitive capacities used to deal with them”.

<sup>10</sup> No original: “the world as known is the world of ideas”.

vras para falar sobre o mundo em determinadas circunstâncias, focalizando aspectos e interesses particulares, graças às perspectivas oferecidas pelos recursos lingüísticos. Se uma “privada” pode ser um assento sanitário ou uma cadeira ou uma peça de museu ou arte ou ainda um vaso de flores vai depender das intenções desses agentes lingüísticos, em certas circunstâncias, em momentos particulares; portanto, não há uma relação sistemática e direta entre palavras e coisas, porque ela depende do que o falante quer fazer com ela, melhor, depende de como as perspectivas são usadas pelos falantes, de acordo com suas intenções.

É nesta parte que Chomsky se alia, em parte, ao Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* (1979). Este escreve que

com suas palavras “quando ouvi a palavra, ela significou para mim...” ele se refere a um dado momento e a uma espécie de emprego da palavra... e a expressão “eu queria, naquela ocasião, dizer...” refere-se a um dado momento e a uma ação (1979, p. 174).

Neste trecho é possível observar que o significado de uma palavra depende do momento em que ela foi dita, como foi decorrida a ação do falante, isto é, depende das circunstâncias de seu proferimento. De acordo com Chomsky (2000, p. 42, 128 e 137):

o objeto na minha frente não é essencialmente uma escrivaninha ou mesa; que todo objeto deveria ser um número qualquer de diferentes coisas, como interesses, funções, intenções do inventor, etc, variam... se alguma coisa é água depende dos interesses e entendimentos especiais humanos ... o que é uma coisa e que coisa ela é, depende das configurações específicas dos interesses, objetivos e ações humanas.<sup>11</sup>

Chomsky demonstra que a intencionalidade é peça fundamental para se decidir se uma coisa é mesa ou escrivaninha, logo, as circunstâncias nas quais foram exigidas as intenções dos falantes também têm de ser

<sup>11</sup> No original: “the object in front of me is not essentially a desk or a table; that very object could be any number of different things, as interests, functions, intentions of the inventor, etc, vary”... “whether something is water depends on special human interests and concerns”... “what is a thing, and if so what thing it is, depends on specific configurations of human interests, goals, and actions.”

levadas em conta. A mesa pode ser qualquer coisa e ainda coisa nenhuma e isto vai depender do uso das perspectivas através das intenções dos falantes. Se as circunstâncias variam, a referência também pode variar, seu uso, porque as perspectivas podem ser empregadas de modos peculiares. Essa relação que envolve intenções, como a que Bilgrami discute, é o que estamos chamando de Referência-E. É uma relação pragmática, porque os falantes através de suas intenções fazem uso das perspectivas fornecidas em potencialidade pelos recursos mentais para falar sobre as coisas. Essa Referência-E está fora, portanto, de uma abordagem naturalista porque é definida por intenção e faz parte de uma teoria externalista e convencional da linguagem.

#### DOMÍNIO D E RELAÇÃO R

O movimento feito por Chomsky da Língua-E para a Língua-I pode ser constatado também para a referência. Defendemos a hipótese de que em Chomsky há mais uma dicotomia entre a relação R' (o que estamos chamando de Referência-E) e a relação R (a nossa Referência-I) estabelecida por SEM. A relação R' pode ser entendida como uma relação causal entre linguagem e mundo externo ou ainda uma relação intervinda pelos agentes lingüísticos. Chomsky é radicalmente contra qualquer teoria semântica que concebe o significado como uma relação linguagem e mundo externo. Porém, em certos momentos, Chomsky começa a admitir uma relação R com algum Domínio D ou modelo mental, mas tal relação tem de ser interna. Assim, relação R pode ser permitida na abordagem chomskyana, também, sob uma perspectiva internalista e individual, diferentemente da relação R'.

Parece ser, pois, necessário admitir uma relação de referência interna, pertencente ao estudo internalista. Essa relação independe dos falantes; é a derivação sintática convergida em SEM que refere a uma representação (que não é uma representação de algo). Chomsky (2000, p. 129) acrescenta:

Nós deveríamos assumir que expressões pinçam coisas, intrinsecamente? Mais geralmente, deveriam as “assunções mais fracas” sobre as relações de interface e o modo que elas entram no pensamento e ação ser suplementadas a incluir relações que se mantêm entre certas expressões e o mundo externo? Isto é comumente assumido, embora tenhamos de tomar cuidado para distinguir duas variantes: (1) coisas no mundo (2) coisas em alguma espécie

de modelo mental, representação discursiva. Se o último, então, o estudo é novamente internalista, uma forma de sintaxe.<sup>12</sup>

A primeira variante em (1) é a relação R' (ou Referência-E), a segunda, em (2), a relação R (ou Referência-I). A relação R é sintaxe, então, o sistema refere a uma representação interna, melhor, a um domínio D. É verdade que podemos usar as palavras para referir a qualquer coisa, mas já é relação R', que depende das circunstâncias e do uso das perspectivas pelos agentes lingüísticos. Neste sentido, a relação R é uma condição necessária para a relação R'.

Sendo uma relação entre linguagem com o mundo externo, a relação R' acontece pela intencionalidade, pois, novamente, são as pessoas que utilizam as palavras para falar sobre as coisas. São as perspectivas oriundas pela faculdade da linguagem juntamente com as intenções dos falantes que permitem que as palavras tenham alguma relação com o mundo. Se a noção de relação R, desta forma, for admitida, ela estabelece relações com representações internas ou Domínio D. Esperar alguma relação com o mundo externo não traz ganhos às adequações descritiva e explicativa. Pelo contrário, é possível que as expressões lingüísticas se relacionem com um domínio mental, de acordo com Chomsky (2002, p. 38-39):

Dentro da semântica internalista, há teorias explicatórias de considerável interesse que são desenvolvidas em termos de uma relação R (ler “referir”) que é postulada se mantiver entre expressões lingüísticas e alguma coisa, entidades tiradas de algum domínio D estipulado (talvez valores semânticos).<sup>13</sup>

Essa relação interna já aparece em Chomsky (1994, p. 62):

Pode-se falar de “referência” e de “co-referência” com alguma inteligibilidade se se postular um domínio de objetos mentais

<sup>12</sup> No original: “Should we assume that expressions pick out things, intrinsically? More generally, should the “weakest assumptions” about the interface relations and the way they enter into thought and action be supplemented to include relations that hold between certain expressions and external things? That is commonly assumed, though we have to take care to distinguish two variants: (1) things in the world, or (2) things in some kind of mental model, discourse representation, and the like. If the latter, then the study is again internalist, a form of syntax.”

<sup>13</sup> No original: “Within internalist semantics, there are explanatory theories of considerable interest that are developed in terms of a relation R (read “refer”) that is postulated to hold between linguistic expressions and something else, entities drawn from some stipulated domain D (perhaps semantic values)”.



associados a entidades formais da língua por meio de uma relação com muitas das propriedades da referência. Mas tudo isto é interno à teoria das representações mentais; é uma forma de sintaxe. Não parece haver nenhum sentido óbvio no povoamento do mundo extra-mental com entidades correspondentes, nem se consegue nenhuma consequência empírica ou aumento do poder explicativo ao fazê-lo. Assumindo que assim é, o estudo da relação entre estruturas sintáticas e modelos, imagens ou algo semelhante, deve ser encarado como pura sintaxe, devendo o estudo das várias representações mentais ser suplementado por uma teoria da relação que estes objetos mentais mantêm com o mundo tal como nós o concebemos ou acreditamos que é. A postulação de tais argumentos não é inócua, mas deve ser justificada por argumentos empíricos, tal como no caso de representações fonológicas e de outras representações sintáticas. Portanto, a mudança em direção a uma teoria computacional na mente contém também uma parte substancial daquilo a que se tem chamado semântica, conclusão que só é fortalecida se considerarmos abordagens manifestamente mais conceptualista destes tópicos (1994, p. 62).

A relação R' está além de um estudo naturalista e se o significado também for admitido como tendo tal relação R', ele possivelmente pertencerá às humanidades. Mas, se estamos interessados em um estudo naturalista, relação R tem de fazer parte da biologia humana. Assim, o significado de uma palavra não pode apresentar – nas ciências naturais – como referência o mundo externo. Ela pode apresentar uma relação R com algum domínio mental, com D especificamente. Tomemos o paradoxo de Londres discutido também em Chomsky (2000). Não é a referência Londres que determina o significado de *Londres*. Londres poderia ser completamente destruída e reconstruída a quilômetros de distância e ainda assim ser *Londres*. Poderiam também destruir seus monumentos, estradas e ela ainda poderia ser *Londres*. A uma palavra é possível atribuir propriedades inusitadas, mas, novamente, R' depende das intenções e do uso das perspectivas estabelecidas pelos recursos da faculdade da linguagem. Assim, à parte das humanidades, Significado-I, relação R e D podem ser concebidos como propriedades da mente-cérebro, logo, como sintaxe.

R e D também podem possuir alguma plausibilidade psicológica, porque fazem parte da interface semântica. Assim, além do ponto de vista metodológico, R e D também podem ter amparos psicológicos, isto é, um ponto de vista ontológico. Visto assim, não é descabido pensar que R e D fazem parte da estrutura biológica dos seres humanos. É com base nesse ponto de vista ontológico que buscamos sustentar a possibilidade biológica do que estamos chamando de Referência-I.

## EM BUSCA DE UMA SEMÂNTICA REFERENCIAL PARA AS LÍNGUAS NATURAIS

Uma forma de compreender a semântica (das línguas naturais) é aquela cujo mentor principal é Frege e está presente também na tradição anglo-saxônica: o significado comporta uma remissão ao mundo. No entanto, se o projeto é naturalista aos moldes do desenhado por Chomsky, almeja-se uma noção de referência que não seja nem baseada em convenção nem uma relação ao mundo externo. Não se trata também de uma referência pragmática, que está presente quando os falantes usam as palavras para referirem ao mundo externo, mas de uma referência semântica, de modo fregueana, pois, segundo Soares (2001, p. 195), “a referência, em Frege, é uma noção semântica”; esta referência semântica é o que estamos chamando de Referência-I, com diferenças em relação ao modelo de Frege.

## AS CONTRIBUIÇÕES DE RYLE E A IDÉIA DE REFERÊNCIA-E

As contribuições de Ryle para a filosofia do século XX são indiscutíveis e de grande alcance. Ele também dedicou parte de suas reflexões aos estudos semânticos. Nestes, Ryle (re)estilizou o Wittgenstein das *Investigações filosóficas*: o significado das sentenças ou das palavras vai depender do uso que fazemos delas, com o que podemos ou não fazer com elas. É essa a nossa base para a Referência-E.

Em *Theory of meaning*, publicado em 1957, Ryle faz uma distinção interessante entre **nomear** e **dizer**. De acordo com Ryle, “o lógico está falando *acerca de* significações, ao passo que, no exercício desse ofício, ele está simplesmente trabalhando *sobre* elas” (1980, p. 54). Um dos a trabalhar nesse ofício foi o lógico Stuart Mill, erroneamente nas palavras de Ryle. Errado, primeiro, porque para Mill as significações estavam nas palavras isoladamente, como átomos. Segundo, Mill afirmava que as palavras são nomes, isto é, correspondem às coisas no mundo externo, o que Ryle chama de **nomear**.

Essa fase **nomear** foi se desfazendo à partir de Russell, de acordo com Ryle (1980): com Russell, começou o contraste entre o que pode ser dito com significado com aquilo que pode ser dito como verdadeiro ou falso. “A noção de significação foi finalmente desvinculada, em parte, da noção de nomear, e revinculada à noção de dizer” (RYLE, 1980, p. 63). Daí a teoria da lógica, porque significação começou a repousar em um ambiente da lógica. Passou, então, a ser entendida também como regras, pois, segundo Ryle (1980, p. 63-64), “saber o que uma expressão significa envolve saber o que pode

(logicamente) ser dito com ela e o que não pode (logicamente) ser dito com ela... é conhecer as regras de emprego da expressão em questão". Novamente, Wittgenstein é visto como pai dessa nova fase: a fase **dizer**. Começamos esta parte com Wittgenstein e vamos terminá-la com ele também, porque ele foi, nas constatações de Ryle, o primeiro a abandonar completamente a fase *nomear*, principalmente, à partir de as *Investigações filosóficas*.

"Não pergunte pela significação, pergunte pela utilização" (1979) é uma das frases mais importantes de Wittgenstein para a semântica contemporânea. Se sabemos quando usar ou não uma palavra ou sentença em uma determinada situação, é porque sabemos o seu significado, como afirma Ryle (1980, p. 64): "a utilização de uma expressão ou o conceito que ela exprime é a função (rôle) para cuja execução ela é empregada, e não uma coisa, pessoa ou acontecimento qualquer que ela supostamente apresenta (*stands for*)". Em vez de **nomear** como retentora da significação, é no uso, no que podemos ou não **dizer** com uma expressão que está enclausurada a significação. Essa significação se assemelha a jogar xadrez, porque

não poderíamos aprender a jogar corretamente com o cavalo sem ter aprendido a jogar com as outras peças, assim, como não podemos aprender a jogar com uma palavra sozinha, mas somente em combinação com outras palavras e frases (RYLE, 1980, p. 65).

Quando o falante sabe fazer uso de uma expressão, é porque a expressão tem significação. Assim, ao abandonar a fase **nomear**, inicia-se a fase **dizer**, sendo Wittgenstein o pensador mais importante dessa "nova" fase.

É essa fase **dizer** que precisaremos como característica básica para compreendermos a visão de Chomsky acerca da referência (do uso da linguagem em geral): a referência é um uso das perspectivas pelos falantes, através do módulo conceito-intencional. Neste sentido, a referência faz parte da pragmática. É essa referência pragmática, da fase **dizer**, que é a relação R' de Chomsky, mais precisamente, o que entendemos por Referência-E. A Referência-E é importante, portanto, quando o falante faz uso da língua.

Ryle quer destruir a fase nomear porque parte da visão de que a linguagem é uma atividade humana. Se assim, é claro que as palavras não denotam objetos no mundo externo, porque são os falantes que fazem uso delas. Mas para que falantes possam referir a objetos no mundo, é preciso que antes eles tenham capacidade (competência) para isso. A noção de Referência-I, a ser apresentada no último tópico desse capítulo, explora exatamente a necessidade de uma referência biológica, que não seja essa imbricada no uso e, portanto, alvo de discussão de Ryle.

## A SEMÂNTICA REFERENCIAL DE LUDLOW PARA A LÍNGUA-I?

Ludlow destaca pelo menos três teorias da referência – R0, R1 e R2 – que podem ser usadas na semântica das línguas naturais. A R0 envolve uma relação da linguagem com um modelo mental ou representação mental ou também pode “envolver ‘referência’ a elementos do Domínio D de Chomsky (LGB: 1981) ou a algum tipo de estrutura de dado ou representação na mente”<sup>14</sup> (2003, p. 141). Essa relação interna pode ser entendida tanto na visão de Katz e Fodor (1963, apud LUDLOW, 2003), pois uma expressão da língua natural tem como referência uma representação ou símbolo na linguagem do pensamento quanto no modelo de Jackendoff (2002), cuja relação de referência se dá entre a linguagem e um conceito mental. R0 também pode ser entendida na semântica de modelos, pois a semântica é entendida como uma referência das expressões lingüísticas a objetos em um modelo (estrutura de mundo(s)). Porém, seja como for, R0 falha, para Ludlow, porque não é uma relação com o mundo externo ao agente lingüístico, então, ele a descarta: “o que nós esperamos de uma teoria semântica é uma caracterização do conhecimento do falante sobre a conexão entre linguagem e mundo”<sup>15</sup> (LUDLOW, 2003, p. 141). R0 não é, desta forma, uma teoria referencial desejável para a Língua-I, na visão de Ludlow.

R1 é uma relação direta da linguagem com o mundo, parecida com a referência nas linguagens formais, pois a linguagem mesma refere. Esta pode ser entendida como em Kripke, cuja referência é uma relação causal e direta da linguagem e mundo, portanto o significado, diferentemente de Chomsky e Frege, não pode possuir o sentido (Frege) ou a Forma Lógica (Chomsky), porque é a própria coisa no mundo. Como a linguagem não refere por si mesma, pois são os falantes que referem, Ludlow também abandona R1. A R2 é mais complexa, pois é uma relação tetrádica envolvendo o falante, a expressão, o contexto e os aspectos do mundo: um falante utiliza uma expressão para referir aos aspectos do mundo em determinados contextos. Uma diferença entre R1 e R2, é que R2 não refere por si mesma, mas é o falante que faz uso da linguagem para tal empreendimento. Ludlow vai trabalhar com R2 como tentativa de providenciar uma semântica referencial para a Língua-I.

Uma questão se coloca: “é possível ter uma semântica referencial (R2) para a Língua-I?”<sup>16</sup> (LUDLOW, 2003, p. 144). Apesar de aparentemente

<sup>14</sup> No original: “this might involve ‘reference’ to elements of the “Domain D” of Chomsky (LGB: 1981), or to some sort of data structure or representation in the mind”.

<sup>15</sup> No original: “what we expect a semantic theory to deliver is a characterization of the speaker’s knowledge about the connection between language and the world”.

<sup>16</sup> No original: “is it possible to have a referential (R2) semantics for an I-language?”.

negativa a resposta, pois a Língua-I é individual enquanto a referência parece ser uma relação linguagem-mundo, Ludlow mostra ser possível, se aceitarmos a idéia de que “nosso conhecimento do ambiente pode informar sobre nosso conhecimento da Língua-I”<sup>17</sup> (2003, p. 145). A questão toda de Ludlow envolve a suposição de que a referência não pode se dar por um falante isoladamente, isto é, a relação linguagem-mundo não pode ser individual. Ludlow (2003, p. 144) afirma:

Uma Língua-I, antes de tudo, é suposta ser parte da psicologia do agente e parte da biologia do agente. As propriedades da Língua-I são desta forma (na visão de Chomsky) individualista - elas são propriedades que se mantêm do agente em isolamento. As propriedades da semântica referencial, por outro lado, parecem ser qualquer coisa, menos individualista. Elas não são propriedades que um agente pode ter em isolamento, já que elas expressam relações entre representações lingüísticas e, entre outras coisas, aspectos do mundo externo do agente.<sup>18</sup>

Observamos também, nesta citação acima, que a referência é uma relação interno-externo, no caso de R2, uma relação intervinda pelos agentes lingüísticos a partir de determinadas situações. Ora, essa é a referência pragmática, aquela cuja base é Wittgenstein. O problema está aqui: como é possível unir uma noção de Língua-I que é biológica, interna e individual com uma noção de referência (a R2 de Ludlow) que é externa, não-individual? Acreditamos na impossibilidade desta união ao ponto de oferecer uma noção de referência que seja interna, individual e parte da biologia humana: a Referência-I.

#### A NOÇÃO BIOLÓGICA DE REFERÊNCIA: REFERÊNCIA-I

Começaremos mostrando o que não é Referência-I (R-I). Ela não é uma referência pragmática, pois não é uso. Também não é R2, pois R2 é

<sup>17</sup> No original: “our knowledge of the environment can inform our knowledge of I-language”.

<sup>18</sup> No original: “An I-language, after all, is supposed to be part of an agent’s psychology, and ultimately part of the agent’s biology. The properties of an I-language are therefore (on Chomsky’s view) individualistic – as noted above, they are properties that hold of the agent in isolation (like having particular genetic make-up). The properties of a referential semantics, on the other hand, appear to be anything but individualistic. They are not properties that an agent can have in isolation, since they express relations between linguistic representation and, among other things, aspects of the world external to the agent.”

uma relação tetrádica linguagem-falante-objeto-circunstância. A não ser que ocultemos o mundo, é claro que esta relação acontece, mas é uma relação pragmática e está longe de uma abordagem naturalista. Portanto, se entendermos “uso” da mesma forma que Wittgenstein e Ryle, de que não devemos perguntar pelo significado, mas sim pelo uso, não é isso que envolve a noção de R-I. Antes, R-I é uma condição para esta referência pragmática que envolve as intenções do falante e circunstâncias do proferimento ocorrer. Nos termos gerativistas, poder-se-ia afirmar que R-I é **competência** e não **performance**.

R-I também não envolve convenção, portanto, os argumentos de Chomsky contra às teorias referenciais, *à la* Putnam e Kripke, se tornam triviais acerca de R-I. As críticas àquelas teorias referenciais ao modo wittgensteiniano, como a R2 de Ludlow, também não têm peso perante a R-I, porque essas críticas se direcionam ao que chamamos de R-E. Nem mesmo as críticas de Ryle à noção clássica de referência, em que as palavras remetem a objetos no mundo externo, afetam a nossa R-I, porque, como veremos, ela é uma relação interna à mente-cérebro do falante, ainda que permaneça essa noção de que palavras têm relação com objetos, talvez, objetos intuitivos.

Investimos na R-I, principalmente, a partir das considerações de Chomsky sobre a relação R: de um lado, o movimento de Chomsky é metodológico, pois é um construto teórico do semanticista; de outro, tem um grande peso ontológico, ao afirmar que R pode ser algum recurso semântico na mente-cérebro do falante. É o que pensamos ser a R-I, porque R-I tanto tem um caráter metodológico, pois, é função semântica e ao mesmo tempo possui um respaldo ontológico, ao fazer parte da estrutura biológica do ser humano, regida por princípios lingüísticos. Então, uma referência no modelo de Chomsky torna-se possível, desde que não seja do tipo R-E. R-I também está próxima da R0 de Ludlow, porque, “o ponto chave é que a semântica de modelos pode muito bem ser uma teoria que emprega a noção de referência R0”<sup>19</sup> (LUDLOW, 2003, p. 142). Como a R-I e a relação R de Chomsky, R0 também é uma relação da linguagem com um modelo mental.

R-I tem duas bases iniciais, ambas de Frege. A primeira é a sua concepção de que significado é sentido e referência. E a segunda, a idéia de composicionalidade, que Dummett (1992) afirma ser uma das descobertas mais grandiosas do pensamento contemporâneo.

<sup>19</sup> No original: “the key point is that model-theoretic semantics may well be a theory which employs the R0 notion of reference”.

Em Frege, a referência de uma descrição definida é um indivíduo e de uma sentença, seu valor de verdade (vv). Os indivíduos e os valores-de-verdade são elementos de D. Além dos indivíduos e vv, temos *funções* entre eles. Função é uma relação entre um domínio (chamá-lo de A) e um contra-domínio (B), cujo elemento do primeiro tem um e somente um correspondente no segundo. Formalmente, para todo  $x \in A$ , existe  $y \in B$  tal que  $y = f(x)$  e para todo  $x \in A$ , existe um único  $y$  tal que  $y = f(x)$ .

As derivações sintáticas são *inputs* para a interpretação semântica. R-I pode ser compreendida como uma função<sup>20</sup> no sentido de Heim e Kratzer (1998, p. 15):

para qualquer expressão  $\alpha$ , então,  $[[\alpha]]$  é a denotação de  $\alpha$ . Nós podemos pensar de  $[[ ]]$  como uma função (a função interpretação) que atribui denotações apropriadas para expressões linguísticas... as denotações das expressões são extensões.<sup>21</sup>

Referência-I é entendida exatamente como uma operação que pega as expressões sintáticas e estabelece vínculos com objetos em D; R-I, finalmente, corresponde a uma função de D em vv.

O sistema computacional faz estruturas sintáticas e a interface SEM tem de deixá-las interpretativas. Mas, para isso, é preciso de R-I, para fornecer estruturas em D. A sintaxe também tem de fornecer todas as informações que são relevantes para a interface semântica. É de se esperar que SEM precise do sistema computacional da mesma forma que este precisa do léxico para funcionar. Começaremos aceitando que o *input* para a interpretação semântica é a estrutura frasal derivada do sistema computacional. R-I no decorrer do processamento na interface SEM pega a estruturas frasais e lhes fornece referências apropriadas, as torna significativas. Em SEM, ainda ocorre resolução de escopo, anáfora, expletivos... Observe a seguinte sentença:

<sup>20</sup> Obviamente, isto é uma especulação. Referência-I pode ser compreendida pela análise de eventos de Davidson. Neste sentido, Referência-I não é uma função, mas concatenação de predicados. Assim, Referência-I pode ser uma concepção conjuntivista de como o componente sintático contribui para o significado. Se sim, sentenças não têm condições de verdades, antes tornam-se perspectivas para conceber o mundo. Para maiores detalhes, ver Pietroski (1994, 2002, 2003 e 2005).

<sup>21</sup> No original: "for any expression  $\alpha$ , then,  $[[\alpha]]$  is the denotation of  $\alpha$ . We can think of  $[[ ]]$  as a function (the interpretation function) that assigns appropriate denotations to linguistic expressions... the denotations of expressions are extensions".

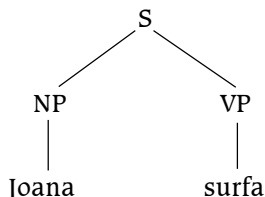
(1) Joana surfa.

Nesta sentença, as entradas lexicais compreendem:<sup>22</sup>

1' [[Joana]] = Joana

1'' [[Surfa]] =  $\lambda x \in D . x$  surfa

A estrutura frasal é, grosseiramente:



SEM precisa dessa estrutura frasal, especificamente, dos nós NP e VP, no caso da sentença (1), para gatilhar a interpretação. O que R-I faz, portanto, é pegar o VP e atribuir-lhe uma referência apropriada em D, isto é, R-I pega o VP e o refere a um conjunto, ao conjunto dos que surfam. O VP é uma função, logo é insaturado de acordo com Frege. R-I também pega o NP *Joana* e o refere ao indivíduo Joana em D. Finalmente, R-I fornece condições para dizer se Joana pertence ou não a esse conjunto dos que surfam por meio de Função Aplicação (FA). Através de FA, há aplicação de predicados a indivíduos, neste caso, o predicado *surf* é aplicado ao indivíduo Joana, resultando em verdadeira ou falsa.

A convergência maior entre Frege e a R-I se inicia aqui. O princípio da composicionalidade de Frege fornece meios para que R-I seja efetivada. Esse princípio nos diz que o significado do todo depende do significado das partes ou que o significado da sentença depende dos significados dos itens lexicais. Por exemplo, o significado da sentença (1) vai depender dos significados das partes, isto é, vai depender do significado do argumento *Joana* e do predicado *surf* e de como são combinados por FA.

#### A (POSSÍVEL) ARQUITETURA DA LINGUAGEM

Os desdobramentos deste artigo permitem que suas reflexões sejam utilizadas na compreensão do papel da semântica no modelo de Chomsky

<sup>22</sup> Estamos sendo o mínimo comprometedor, deixando de fora o tempo, aspecto, modalidade...



e a possibilidade de uma semântica referencial, pois o significado envolve uma relação entre linguagem e mundo, especificamente, uma relação entre árvores sintáticas e D. Chomsky não é hostil à semântica referencial *per se*, mas ao modo como a compreendermos. Se ela for entendida como uma relação isomórfica entre linguagem e mundo externo, ela não pode ser alvo de estudo para a abordagem que Chomsky quer dar às línguas naturais. Se, por outro ângulo, ela for entendida como uma relação das derivações sintáticas com um domínio mental, então, tal estudo torna-se necessário.

A Referência-E está longe da abordagem que Chomsky quer dar às línguas naturais. Referência-I não pode ser excluída do estudo naturalista, exatamente porque as estruturas sintáticas (as palavras!) não referem e, portanto, precisamos de uma referência interna que faça essa referência, que intermedeie estruturas arbóreas e domínio D. A Referência-I, portanto, é feita pelo próprio sistema lingüístico, por isso, inclusive, ela deve já vir como potencialidade.

Na língua há significado e o significado envolve uma noção de referência, conseqüentemente, a Referência-I é essencial para se ter uma língua. Logo, o que Ian Robinson (1975, p. 130) escreve não se aplica à Referência-I:<sup>23</sup>

O que eu recuso não é a referência como um uso importante da linguagem, mas a crença de que ela é algo mais confiável do que outros usos, e freqüentemente a concomitante crença de que a existência de coisas por alguma razão garante o sentido na língua que refere a elas. A existência do sal faz possível o significado ordinário de “Passe o sal, por favor” mas não é uma condição necessária, nem suficiente, para o sentido.

A principal diferença entre este artigo e as considerações de Robinson, é que quando Robinson emprega referência, ele a emprega como R-E, equivalente a referir a coisas no mundo externo. A R-E com certeza “não é uma condição necessária, nem suficiente, para o sentido”, contudo, a R-I é. Outra diferença é que a referência neste trabalho é uma função e, portanto, não faz sentido afirmar que ela é mais ou menos confiável do que outros usos, até porque ela não é um uso.

Há uma outra convergência entre Chomsky e Frege: em Chomsky, SEMs são perspectivas para conceber o mundo (ou os objetos no mundo), intermediadas pelo módulo conceitual-intencional. Em Frege, os sentidos

<sup>23</sup> Tradução minha.

são os modos de apresentação dos objetos, intermediados pelos conceitos, pois os sentidos são os conceitos articulados. Neste rumo, poder-se-ia pensar que, em Chomsky, SEMs seriam as perspectivas mentais estruturadas (articuladas) que, através das intenções dos falantes, apresentam (têm relação com) objetos no mundo.

Em Frege, há uma relação entre conceito e sentido: todo sentido é uma articulação de conceitos capaz de identificar um objeto. Por exemplo, X diz para Y: o livro sobre a mesa é amarelo; Y pode entender toda a frase menos a expressão **livro**. Se Y pergunta pelo sentido dessa expressão, X lhe responde usando uma série de conceitos articulados: artefato humano, reunião de folhas impressas, com um número mínimo de páginas. Veja que esta descrição não precisaria estar articulada, bastando que X fornecesse uma série de conceitos e dissesse: qualquer objeto que satisfaça esta série de conceitos é um livro. Uma palavra expressa um sentido e refere a um objeto. Mas, apenas se há um objeto desde que seja identificado por pelo menos um sentido expresso, isto é, um objeto que caia sob os conceitos articulados no sentido, pois pode ser que nada seja identificado. Em Chomsky, poder-se-ia apostar em uma relação parecida entre SEM, Módulo Conceitual-Intencional e objetos no mundo: um objeto no mundo só aparece mediante os significados mentais estruturados por SEM, pois SEM “se preocupa exclusivamente com semântica estrutural” (RIEMSDIJK; WILLIAMS, 1991, p. 151). Em outros termos, SEMs são os significados estruturados/articulados que, em forma de perspectivas e através do módulo conceito-intencional, têm relação com os objetos no mundo.

Finalmente, chegou o momento de mostrar a arquitetura da faculdade da linguagem (ou o que se espera dela). Findo o processamento sintático, há a checagem de traços interpretáveis em SEM como escopo, anáfora... Após a checagem, temos uma estrutura arbórea pronta para que a Referência-I possa denotar apropriadamente os nós em D. Neste momento, estamos na interface com o módulo conceitual-intencional. A interpretação se dá nesse momento, podendo acessar informações de outros módulos, por exemplo, o módulo discursivo (que guarda informações discursivas), o módulo intencional, o módulo visual, o módulo que guarda o conhecimento de mundo do falante e assim por diante. Então, SEM atribui uma interpretação mínima para as sentenças com base nessas informações, melhor, SEM atribui uma perspectivização mínima. Não há módulo semântico nos moldes de Heim e Kratzer (1998), nem módulo conceitual como em Jackendoff (2002), nem módulo discursivo como na semântica discursiva, nem mentalês de Fodor, apenas, há processamento na interface. SEM pode acionar informações sobre o conhecimento de mundo do falante, por exemplo, e fornecer uma perspectivização mínima. É essa forma semântica mínima que

vai servir para o processamento pragmático, para processar as implicaturas, ou seja, ela é uma condição para que ocorra as implicaturas, a Referência-E, a pragmática. Observe um exemplo:

(2) Pedro chutou o balde.

Forma Semântica, informalmente: determinado indivíduo Pedro (intuitivamente delimitado) cai na extensão de chutou o balde.

Implicatura: Se x diz isso como resposta a uma pergunta de y sobre se Pedro ainda continua na empresa que trabalha, y pode inferir que...

Os traços já vêm do léxico. Grosseiramente, em (2), o léxico Pedro tem traços informando que, por exemplo, *Pedro* é nome, singular e tem Caso nominativo; *balde*, por outro lado, tem o Caso Acusativo; os traços de *chutar* têm de informar que *chutar* é um verbo transitivo (pede dois argumentos), é perfectivo... Esses traços são checados no decorrer da derivação. Não é este o caso, mas poderia também haver traços informando que determinado léxico é operador, exige a resolução de escopo, entre outras coisas. Em um determinado momento da derivação, após a checagem desses traços e de outros provavelmente, há uma estrutura arbórea pronta para receber interpretação. R-I, portanto, vai fazer as denotações apropriadas em D, pegando os nós específicos na estrutura arbórea e referindo em D; R-I tem de fazer isso composicionalmente, de forma sistemática e objetiva, sem perder informações relevantes para a interpretação; este verbo informa ainda que, quando o predicado for aplicado ao objeto, R-I vai utilizar FA (*Functional Application*); tudo isso ocorre na interface SEM, no limite com o módulo conceitual-intencional. Após as denotações, a aplicação de FA, uma perspetivação mínima (como parte do processamento semântico) é projetada que servirá de *input* para o módulo conceitual-intencional, a pragmática.

Numa visão monista, as perspectivas SEMs, advindas em potencialidade pela estrutura da mente-cérebro, devem ser as mesmas da pragmática, a diferença é que esta última traz consigo a intenção e o falante pode fazer uso dessas perspectivas para falar sobre o mundo também. Numa visão dualista: há duas perspectivas: uma semântica e outra pragmática. Então, nesta visão dualista, há duas noções de perspectivas: uma que está presente em SEMs, outra pragmática, que não é disposta em potencialidade, mas, pelo contrário, deve possuir outros mecanismos para se constituir. Esse ensaio sustenta a tese monista, pois SEM dá uma perspetivação sem

intencionalidade; depois há uma perspectivização com intenção, mas é fundamentalmente a mesma perspectivização; a diferença é que agora, na pragmática, entra a intenção nas perspectivas oferecidas por SEM.

Chomsky fala em perspectivas disponíveis por recursos mentais que são usadas pelo módulo conceitual-intencional. Dessa forma, SEMs são perspectivas semânticas e os falantes a usam de acordo com suas intenções (já é pragmática). Se se pensar assim, não há perspectiva pragmática, o que se tem é uma perspectiva semântica + intenção = pragmática, usada pelos agentes lingüísticos. Como componente importante para essa perspectivização semântica, R-I possui determinações biológicas; ela faz parte do estudo naturalista na lingüística e, portanto, pode servir como uma referência apropriada para a Língua-I.

## RESUMO

Uma das bases da semântica moderna tem origem em Frege, com a divisão do significado em sentido e referência. Então, referência, e não apenas sentido, é uma relação semântica necessária para explicar o significado. O objetivo deste artigo é elaborar uma proposta semântica detalhada que compatibiliza a necessidade de uma teoria da referência no modelo de Chomsky com a possibilidade de não ser nem convencional nem meramente um construto teórico. Ou seja, o propósito é conciliar uma semântica referencial de cunho biológico com a Língua-I. Chomsky (2000) propõe a relação R com algum domínio D ou modelo mental, que fundamenta nosso objetivo inicial: a compatibilidade entre Referência-I e Língua-I. Este artigo tem outra base, além de Chomsky: o texto *Referential semantics for I-languages?* (LUDLOW, 2003). É também com Ludlow que a semântica referencial para a Língua-I é modelada e tem um suporte teórico e epistemológico. Ainda com ele, este artigo ganha sua significância nos avanços da semântica no modelo de Chomsky e nos fundamentos da Referência-I com a Língua-I.

Palavras-chave: *semântica; referência; Língua-I.*

## ABSTRACT

One of the leading insights of modern semantics is Frege's division of meaning into sense and reference. Thus, reference, and not only sense, is a necessary semantic relation to explain meaning. The objective of this paper is to elaborate a detailed

semantic proposal that argues for the necessity of a theory of reference in Chomsky's model with the possibility of it being neither conventional and not merely a theoretical construct. In other words, the aim is to reconcile referential biological semantics and I-Language. Chomsky (2000) proposes a relation R with some domain D or mental model, which underlines our initial objective: the compatibility with I-reference and I-Language. This paper also relies on another groundwork other than Chomsky: the paper *Referential semantics for I-languages?* (LUDLOW, 2003). It is with Ludlow that referential semantics for I-Language is sharpened and given theoretical and epistemological support. It is also with Ludlow that this paper gets its relevance in advancing semantics in Chomsky's model and for the grounding of I-reference and I-language.

Key-words: *semantics; reference; I-languages.*

## REFERÊNCIAS

- BILGRAMI, Akeel. *Belief and meaning*. Cambridge: Blackwell, 1992.
- BORGES, José. Semântica de modelos. In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. E.; FOLTRAN, M. J. *Semântica formal*. (Org.). São Paulo: Contexto, 2003.
- CHOMSKY, N. *O programa minimalista*. Tradução de: Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Powers and prospects*. Boston: South End Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. *New Horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. Replies. In: HORNSTEIN; Antony. (Org.). *Chomsky and his critics*. Cambridge: Blackwell, 2003.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- HEIM, I.; KRATZER, A. *Semantics in generative grammar*. Cambridge: Blackwell, 1998.
- JACKENDOFF, R. Why a conceptualist view of reference? A reply to Abbott. Netherlands. *Linguistic and philosophy*, v. 21, p. 211-219, 1998.
- LUDLOW, P. Referential semantics for I-languages? In: HORNSTEIN; Antony. (Org.). *Chomsky and his critics*. Cambridge: Blackwell, 2003.
- MCGILVRAY, James. *Chomsky: language, mind, and politics*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- NEWMEYER, Frederick. *Gramatical theory: its limits and its possibilities*. Chicago/ Londres: The University of Chicago Press/ The University of London Press, 1983.
- PIETROSKI, P. A defence of derangement. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 24, p. 95-118, 1994.
- \_\_\_\_\_. Function and concatenation. In: PREYER, G. (Ed.). *Logical form*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. The character of natural language semantics. In: BARBER, A. (Ed.). *Epistemology of language*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. *Events and semantic architecture*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

RIEMSDIJK, Henk Van; WILLIAMS, Edwin. *Introdução à teoria da gramática*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ROBINSON, Ian. *The new grammarians' funeral: a critique of Noam Chomsky's linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

RUSSELL, B. *Significado e verdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RYLE, G. *Teoria da significação*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)

SOARES, Maria Luísa Couto. *Conceito e sentido em Frege*. Porto: Campo das Letras, 2001.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.